



EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO PMTM: Nº 4821/2021

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

DATA DA REALIZAÇÃO: 11 de abril de 2022

HORÁRIO: 08:30 hs

LOCAL: Sede do Poder Executivo Municipal (Praça Waldemar Magalhães, nº 01, Centro – Trajano de Moraes/RJ)

1. PREÂMBULO

1.1 – O Município de Trajano de Moraes, Pessoa Jurídica de Direito Público, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes realizará certame licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no regime de execução indireta, por empreitada por preço global, para atendimento do objeto definido no presente edital, observadas as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e, no que couber, toda legislação federal e municipal aplicáveis à matéria.

1.2 - As retificações do edital, provocadas por eventuais impugnações ou por iniciativa oficial, serão divulgadas nos jornais onde foram publicados os avisos do edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 - Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito e protocolado, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no setor de protocolo no seguinte endereço: Praça Waldemar Magalhães, nº 01, Centro – Trajano de Moraes/RJ, Cep: 28.750-000 - ou, ainda, através do Telefone: (22) 2564-2531 – Ramal 230, bem como através do email: licitatrajano@gmail.com.

1.4 - Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e equipe técnica da Secretaria solicitante, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.5 - Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico / Memorial Descritivo / Planilha Orçamentária / Memória de Cálculo / Cronograma Físico - Financeiro / Projetos

Anexo II - Modelo de Apresentação da Proposta / Proposta de Preços / Cronograma

Anexo III - Termo de Credenciamento

Anexo IV - Declaração de Idoneidade

Anexo V - Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)



-
- Anexo VI** - Formulário Informativo
 - Anexo VII** - Declaração de não Empregar Menor de Idade
 - Anexo VIII** - Minuta de Contrato
 - Anexo IX** - Termo de visita aos locais dos serviços
 - Anexo X** - Declaração de não comparecimento à visita técnica
 - Anexo XI** - Parcelas de Maior Relevância
 - Anexo XII** - Declaração que não possui servidor público em seu quadro de pessoal
 - Anexo XIII** - Declaração de Responsabilidade Técnica

2. OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à **Contratação de Empresa Especializada na execução de obras de reforma e ampliação do Colégio Municipal José Miranda**, situada no bairro Nova Esperança, Município de Trajano de Moraes, conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação que decorrer deste certame deverá ser de 12 (doze) meses, iniciando-se a contagem da data da sua assinatura.

3.2 – O prazo de execução das obras que decorrer deste certame deverá ser de 06 (seis) meses, iniciando-se a contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da ordem de execução dos serviços.

3.3 - A presente contratação poderá ser alterada, a critério da administração, nos termos do art. 57, 65 e 78, da Lei 8.666/1993, no que couber, mediante a assinatura de termo aditivo.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 - O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no site do Município de Trajano de Moraes (www.trajanodemoraes.rj.gov.br) e na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes/RJ e a retirada será mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, através de pessoa credenciada e com carimbo do CNPJ de segunda a sexta-feira das 09:00 as 16:00 hs. Telefone de contato (22) 2564-2531 – Ramal 230 ou através do E-mail licitatrajano@gmail.com.

4.2 - Poderão participar do certame, no dia, hora e local estabelecidos neste edital, os interessados que:

4.2.1 - estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto desta licitação, devendo ser comprovado pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social.



4.2.2 - estejam devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.3 Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pelo Setor de Cadastro (Crctrajano@gmail.com – Tel.: (22) 2564-1463), comprovando a inscrição no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Município, na forma prevista no art. 22, II, §2º e art. 34, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizado.

I - Por CRC devidamente atualizado, deve-se entender aquele que se encontre em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos das licitantes.

II – Caso a empresa interessada que ainda não possuir o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL expedido pelo Município de Trajano de Moraes até a data de recebimento das propostas, deverá atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, devendo apresentar o protocolo de solicitação do mesmo.

III - A documentação referente ao cadastramento deverá ser apresentada **FORA DOS ENVELOPES**.

IV - Será Permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente. (TCU, AC. 8271/2011 2ª Cam., DOU de 04/10/2011).

4.2.4 - comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

4.3 - Não poderão participar do certame, os interessados:

4.3.1 - que se encontre em processo de falência, os concordatários, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

4.3.2 - empresas estrangeiras que não funcionem no país.

4.3.3 - suspensas temporariamente pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.3.4 - declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

4.3.5 - em consórcio ou grupo de empresas.



4.3.6 - mais de uma interessada sob o controle acionário de um mesmo Grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas.

4.3.7 - as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

4.3.8 - Não será admitida à licitação, a empresa que tenha em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Trajano de Moraes, ou, que incidam nas hipóteses previstas na Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal ou empregado que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupante de cargo, emprego ou função no Município.

4.3.9 – Não poderá participar da licitação a empresa que foi habilitada e contratada através de Editais anteriores e teve se contrato rescindido ou não firmou termo aditivo por desempenho técnico inadequado.

4.4 - Será assegurada a participação das micro e pequenas empresas conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, conforme descrito abaixo:

a) Para efeito de comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar, no interior do ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO, a Declaração assinada por seu representante legal, conforme **Anexo V**.

b) As microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's) por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para as micro e pequenas empresas, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Complementar n.º 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

d) A não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea "c", implicará decadência de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.4.1 - Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

I. O intervalo percentual estabelecido será de até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço.

4.4.2 - Para efeito deste dispositivo, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 4.4.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.4.4 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.5 - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou autenticado por servidor desta Administração Pública Municipal.

5. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1 - O preço total estimado pela Administração para o objeto deste edital é de **R\$ 431.194,62 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos)**, conforme os valores constantes do **Anexo I** deste edital.

5.2 - Será desclassificada a proposta que apresentar o VALOR GLOBAL superior ao estimado no Anexo I deste Edital, considerado como CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE, nos termos do art. 40, Inciso X, da Lei nº 8.666/93.

5.3 - Será declarada vencedora dentre as propostas classificadas aquela que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, considerado como CRITÉRIO DE JULGAMENTO, nos termos do art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1— A Dotação Orçamentária para execução do presente objeto é de fontes próprias e vinculadas previstas na Lei Orçamentária Anual de 2022, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consignados da seguinte forma:

PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
1001.1236500331.010	4490.39.00

7. DO REAJUSTAMENTO



7.1 - Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

7.2 - Na hipótese de prorrogação ou suspensão contratual que extrapole o período de 12 (doze) meses, o preço dos serviços será objeto de reajuste anual, para mais ou para menos, adotando-se o índice de Custos da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) e/ou da SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices), atendendo ao disposto no art. 40, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3 - O índice será calculado através da seguinte fórmula:

$$R = Po \left[\frac{(I - Io)}{Io} \right],$$

Onde:

R = é o valor do reajustamento procurado.

I = índice da EMOP/SINAPI mensal medido em Real relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato.

Io = índice de Custos da EMOP/SINAPI mensal medido em Real relativo ao mês de apresentação da proposta.

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

7.4 - Em caso da necessidade de preços unitários novos, constantes dos catálogos EMOP/SINAPI, serão considerados os menores valores catalogados.

7.4.1 - Em caso de preços unitários novos que **não** estejam previstos nos supracitados catálogos, serão realizadas, pela **Contratada**, cotações de preços com no mínimo 03 (três) empresas especializadas, devidamente comprovadas através de documentos pertinentes, quando então serão praticados, com a devida autorização da fiscalização do Município, os menores preços unitários apurados nessa pesquisa.

a) - A autorização da fiscalização será concedida após a verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os de mercado.

7.5 - A **Contratada** não terá direito a reajuste, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria **Contratada**, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

7.6 - Inexiste a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização monetária, ressalvada a hipótese de vir a ser exigível por força de lei.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Durante as reuniões de abertura e julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS COMERCIAIS desta licitação, somente poderá se manifestar e atuar em nome da empresa



licitante a pessoa por ela credenciada, que deverá estar portando o respectivo documento de identidade. O credenciamento se dará mediante contrato, carta de credenciamento, conforme modelo do **ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO**, ou por procuração.

8.2 – Pessoa credenciada mediante CONTRATO – quando a mesma for proprietária, sócia ou dirigente da empresa licitante, cujo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, apresentado como DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO/HABILITAÇÃO JURÍDICA, expressa-lhe poderes para exercer tais direitos e assumir tais obrigações.

8.3 – Pessoa Credenciada mediante PROCURAÇÃO – quando a mesma for legalmente constituída por intermédio de instrumento público ou particular de procuração, esse último com firma reconhecida do outorgante, que lhe expresse poderes para exercer tais direitos e assumir tais obrigações.

8.4 – Pessoa credenciada por CARTA DE CREDENCIAMENTO quando a mesma for credenciada nos moldes do **ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO**, pelo titular ou representante legal da empresa interessada, devidamente comprovado.

8.5 – A apresentação, na fase de credenciamento, do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto, devidamente autenticado **ISENTA O LICITANTE DE APRESENTÁ-LOS NO ENVELOPE N.º 1 – HABILITAÇÃO**, item 10.1.2 deste edital.

8.6 – Para efetivação do credenciamento o representante legal da empresa deverá apresentar CÉDULA DE IDENTIDADE (COM FOTO) emitida por órgão público, em conformidade com o art. 28, inc. I, da Lei 8.666/93.

8.7 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **FORA DOS ENVELOPES**.

8.8 - Não será admitido credenciamento dos licitantes após as **08:45 hs.**

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - Os documentos para habilitação e a proposta de preços deverão ser apresentados no dia e horário definidos simultaneamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - Documentação	Envelope nº 02 - Proposta de Preços
Ao Município de Trajano de Moraes Tomada de Preços nº. 01/2022 Nome completo e endereço do licitante CNPJ N.º	Ao Município de Trajano de Moraes Tomada de Preços nº. 01/2022 Nome completo e endereço do licitante CNPJ N.º

9.2 - O envelope “1” conterá os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e da regularidade fiscal e trabalhista do Licitante.



9.3 - Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar e organizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

9.4 - A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticadas pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzido por tradutor juramentado.

9.5 - Pode a Comissão Permanente de Licitação solicitar a exibição do original de qualquer documento, no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a abertura do Envelope "1".

9.6 - A proposta deverá ser datilografada/digitada em papel timbrado da empresa ou utilizado o modelo fornecido pelo edital, conforme **Anexo II**, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia da procuração.

9.7 - Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos depois de entregues os envelopes à Comissão Permanente de Licitação.

10. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

10.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

10.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Cédula de identidade
- b)** Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, **caso a última alteração não seja a consolidada**, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais.
- d)** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b".
- e)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- g)** Declaração expressa da licitante de idoneidade, conforme **Anexo IV**.



h) Solicitamos que a declaração de idoneidade prevista no presente instrumento convocatório conforme **Anexo IV**, seja apresentada em conjunto com os seguintes cadastros da empresa licitante e do sócio majoritário por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992 a fim de agilizar as consultas a serem efetuadas pela Comissão de Licitação nos seguintes sítios eletrônicos:

I) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

II) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

III) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantesinidoneos/>);

IV) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos números I a III acima pela consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

V) A consulta aos cadastros é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

I) Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "f" deste subitem não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para a representação/credenciamento neste certame, na forma do item 8.5.

10.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no (CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante.

d) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

e) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal.

I. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou



Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

- II. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
 - III. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei n.º 12.440 de 07/07/2011, e, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme artigo 5º, parágrafo único da Portaria 1421/2014, juntamente com a Certidão de Feitos Trabalhistas dos processos físicos e eletrônicos da empresa licitante e do(s) sócio(s).
 - g) Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme **Anexo V**, caso couber.
 - h) As Certidões que exigirem expressamente a necessidade de documento complementar deverão estar acompanhadas do respectivo documento.
 - i) Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
 - j) No caso de Licitantes não sujeitos à inscrição junto às Fazendas Estadual e Municipal, estes deverão comprovar tal situação através de Certidão de Não-Contribuinte, emitida pelo órgão competente.
 - k) A comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal previstas na alínea “e”, itens II e III dar-se-á com a apresentação das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelas respectivas Secretarias de Fazenda e pela respectiva Procuradoria da Dívida Ativa, ressalvando as hipóteses de certidões emitidas conjuntamente ou que conste a informação em seu próprio corpo.
 - l) Caso o licitante informe que no Município sede da empresa tais certidões referidas na alínea “e” itens II e III não sejam fornecidas pelos respectivos órgãos, deverá este comprovar através de certidão emitida pelo próprio órgão responsável o não fornecimento e emissão das mesmas.



10.1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que habilite a empresa no ramo do objeto, com validade para o presente exercício, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66 e resolução CREA n.º 266/79 e pela Lei n.º 12.378/10.

b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da realização desta licitação, profissional de nível superior (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (para essa comprovação a licitante deverá trazer as resoluções do CREA/CAU as quais informam a competência que cabe ao profissional), detentor de Atestados de Responsabilidade Técnica, averbado pelo CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, limitada aos itens das parcelas de maior relevância técnica, conforme **Anexo XI**, nos termos do disposto no art. 30, inciso II e §§2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

I. A comprovação que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita: mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, se empregado, onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente como Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados;

II. Contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional;

III. Sócio: Cópia do Contrato Social devidamente registrado;

IV. Diretor, a comprovação se fará através de cópia do contrato social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de sociedade anônima.

V. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

VI. O profissional descrito deverá ser indicado pela licitante, em documento hábil (ANEXO XIII), como Responsável Técnico pela execução do serviço referente ao objeto do Projeto Básico, devendo o profissional assinar também tal indicação.

VII. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar de todo serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes - RJ.



VIII. A apresentação do **Atestado de Visita Técnica** ou da **Declaração de Não Visita Técnica** de conhecimento das informações e condições locais são **obrigatórios** na fase de habilitação do certame, sob pena de inabilitação.

- c) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação, acompanhado da prova de inscrição no Conselho profissional, conforme modelo do **ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**, que deverá fazer parte da documentação de Habilitação. **O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante.**
- d) As licitantes **poderão** visitar os locais onde serão executados os serviços, e se inteirar, sob sua exclusiva responsabilidade, avaliando problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- e) É de inteira responsabilidade da licitante a verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- f) Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar declaração sob as penas da lei que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Trajano de Moraes, conforme modelo do **ANEXO X – DECLARAÇÃO DE NÃO COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA**, que deverá fazer parte da documentação de Habilitação.
- g) As licitantes que optarem em realizar a(s) visita(s) deverá (ao) previamente agendá-la(s) na Gestão Municipal de Convênios e Contratos, através do telefone (22) 2564-2970, a(s) qual(is) deverá(ao) ser realizada(s) em horário comercial e em dias úteis. Os custos das visitas ao(s) local(is) onde será(ao) executado(os) o(s) serviço(s) correrão por exclusiva conta da licitante.
- h) Como comprovação da(s) visita(s) ao(s) local (is) ou como conhecimento onde será (ao) executado (os) os serviços, **a licitante deverá** apresentar declaração de que visitou ou conhece a(s) área(s) indicada(s) no item 2.1 deste Edital, conforme modelo **ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS**, que **deverá** fazer parte da documentação de Habilitação.

10.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a



sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação.

- I. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômica financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.
- II. A boa situação financeira da licitante será feita de forma objetiva, mediante cálculo de índices contábeis resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

ONDE:

LG = liquidez Geral

SG = Solvência Geral

LC = Liquidez Corrente

- III. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- a. Publicados em Diário Oficial. ou
- b. Publicados em jornal de grande circulação. ou
- c. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente. ou
- b. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão competente.

3. Sociedade criada no exercício em curso:



a. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão competente.

- IV. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e Contabilista responsável, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, mediante a apresentação da Certidão do Conselho Regional de Contabilidade do responsável pelas atividades contábeis da empresa, em plena validade.
- V. O licitante que não apresentar uma das fórmulas acima ou que não possuir índices de liquidez IGUAL OU MAIOR QUE 1, deverá declarar que possui capital social registrado ou líquido igual ou superior a 10% (dez) por cento do valor global anual do estimado cotado do item, através seu balanço ou contrato social, na forma da lei, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.666/93.

10.1.6 - Os microempreendedores individuais estão dispensados de apresentar a comprovação exigida nos itens acima, devendo apresentar o Recibo de Entrega de Declaração Anual do SIMEI.

10.1.7 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedidor da sede da pessoa jurídica.

10.1.8 - Os licitantes sediados em outros Municípios, ou em outros Estados da Federação, deverão juntar às Certidões, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição.

10.1.9 – Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

10.1.10 - DECLARAÇÕES

a) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da empresa.

I.A licitante deverá declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

II. A declaração de cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do **Anexo VII**.

III. Declaração que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Trajano de Moraes, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no



Município de Trajano de Moraes; que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme disposição do art. 9º, da Lei 8.666/1993, conforme modelo contido no **Anexo XII**.

- IV. As Certidões e/ou Declarações que não possuem **prazo de validade** no próprio corpo, somente serão aceitas com datas de emissão não excedentes a **90 (noventa) dias** de antecedência da data prevista para a entrega dos envelopes.
- V. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer sistema de fotocópia autenticada por cartório competente ou por publicação em órgão de imprensa oficial. Ainda, poderá a licitante apresentar cópias simples desses documentos (as cópias devem ser legíveis, possibilitando sua conferência), desde que seus originais sejam apresentados à Comissão Permanente de Licitação, no ato da abertura do envelope de habilitação, para a devida autenticação, hipótese em que os originais serão devolvidos aos interessados. Não será aceito nenhum tipo de documentação sob forma de protocolo, salvo às condições expressas em lei ou outras devidamente regulamentadas pelo órgão emissor, às quais deverão ser comprovadas juntamente com a documentação de habilitação. Solicitamos que a documentação seja apresentada na ordem em que é solicitado neste Edital, bem como ser numerada da seguinte forma: página x/y, onde x será o número da página e y corresponderá ao número total de páginas contidas neste envelope.
- VI. A Comissão de Licitação fará a conferência quando da abertura do envelope de habilitação a qual constará em Ata os respectivos números de folhas da(s) licitante(s). A(s) licitante(s) que não se fizer representar naquele ato, não poderá(ao) reclamar de possíveis discordâncias dos números de folhas contabilizadas pela Comissão, bem como, aqueles documentos apresentadas em fotocópias simples sem apresentação dos devidos originais para conferência.
- VII. Para os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta na Internet, serão aceitas cópias simples.

11 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ.
- b) Descrição de forma clara e sucinta dos itens da presente licitação, em conformidade com as especificações do **ANEXO I e ANEXO II** deste Edital.
- c) Preço unitário em algarismo e preço global da proposta em algarismo e por extenso, ambos em moeda corrente nacional (02 casas decimais), apurados à data do orçamento, sem a inclusão de qualquer previsão inflacionária.



d) No preço proposto serão computadas todas as despesas para execução das obras, a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente licitação e todas as despesas com instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI – Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada

e) Prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

f) A proposta deverá vir acompanhada do modelo de apresentação da proposta e do cronograma físico-financeiro, conforme modelos constantes no **ANEXO II** do Edital.

g) Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta.

h) As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pela Comissão quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

I. se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

II. se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário.

III. se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido.

IV. caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

i) O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, com ressalva para o item 7 deste Edital.

j) As propostas deverão ser assinadas em sua última folha e rubrica nas demais pelos proponentes ou seus procuradores autorizados.

12 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1 - No local, no dia e na hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os Licitantes, munidos dos envelopes “1” e “2”, apresentados na forma definida no item 9.

12.2 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.



- 12.3** - O julgamento do certame compreenderá as fases de: **habilitação**, destinada ao exame da regularidade dos documentos apresentados pelas licitantes, e de **classificação**, em que serão apreciadas as respectivas propostas comerciais, para fins de classificação das licitantes.
- 12.4** - Os Licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos, que para tanto deverão estar portando a carta de credenciamento para todos os atos da licitação, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Anexo III**, que deverá ser entregue, FORA DOS ENVELOPES, à Comissão Permanente de Licitação, conforme item 8.2.
- 12.5** - A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando, todavia, aqueles que se apresentem sem os devidos credenciamentos impossibilitados de responder pelo Licitante e, em seu nome, praticar qualquer ato.
- 12.6** - Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “1” e “2” de todos os Licitantes presentes e abertos os envelopes “1”, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos envelopes “1”, a sessão poderá ser suspensa por prazo indeterminado para julgamento da habilitação internamente pela Comissão de Licitação.
- 12.7** - O resultado da análise de todo o procedimento será disponibilizado através de publicação no site oficial no link de origem.
- 12.8** - Serão considerados habilitados os Licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no item 10 deste Edital.
- 12.9** - Após comunicado o resultado aos Licitantes, se poderá passar imediatamente à abertura dos envelopes “2” – Proposta de Preços, desde que todos os Licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso, serão devolvidos aos Licitantes inabilitados os envelopes “2” – Proposta de Preços – fechados.
- 12.10** - Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os Licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “2”- Proposta de Preços.
- 12.11** - Ocorrendo à hipótese de suspensão, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas permanecerão devidamente lacrados e rubricados pelos membros da Comissão e Licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a Habilitação.
- 12.12** - Em caso de suspensão, da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “1” será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 12.13** - Às licitantes inabilitadas serão devolvidos os envelopes, contendo as propostas comerciais, por ocasião da reunião em que for divulgado o resultado da habilitação ou poderão fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da divulgação do resultado final da fase de habilitação. Depois de expirado este prazo, as mesmas serão destruídas.
- 12.14** - Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação não mais poderá desclassificar os Licitantes por motivos relacionados com a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal e trabalhista, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.



12.15 - No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa de todos os Licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as Propostas de Preços dos Licitantes habilitados.

12.16 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Estiver em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital e seus Anexos,
- b) Contiver vícios, quer por omissão e/ou irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.
- c) Apresentar preço excessivo em relação ao estabelecido pelo Município.
- d) Seja manifestamente inexecutável.

12.16.10 - Considerar-se-á de preço excessivo a proposta com valor superior ao limite estabelecido no **item 5.1**, deste Edital.

12.16.11 - Em conformidade com o § 1º, art. 48, Lei Federal n.º 8.666/93, presumem-se inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado previsto na cláusula 5.1.

II - valor estimado previsto na cláusula 5.1.

12.16.12 - Poderão, também, ser consideradas inexecutáveis as propostas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os do mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução e objeto do contrato.

12.16.13 - Nas hipóteses das cláusulas 12.15.2 e 12.15.3 acima, deverá a Comissão fixar prazo não inferior a 72 horas para que o (s) Licitante (s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhes a composição de preços unitários para comparação com insumos e salários de mercado. A demonstração será acompanhada, pelo menos, dos seguintes documentos e informações:

- a) número, mês e ano da publicação pesquisada, de onde foram retirados os preços dos materiais e da mão-de-obra, bem como, em cada item, o número da respectiva página pesquisada, anexando sua cópia.
- b) quando se tratar de preços pesquisados no mercado, o Licitante adotará o procedimento anterior também com relação ao preço da mão-de-obra e apresentará declaração do fornecedor, comprometendo-se a vender o material pelo preço constante da sua Proposta de Preços.
- c) quando o Licitante alegar a propriedade do material terá que comprová-lo por meio idôneo ou mediante a juntada da respectiva nota fiscal emitida em seu nome.



- 12.17** - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital
- 12.18** - Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o menor preço total.
- 12.19** - No caso de empate entre as propostas de menor preço, será utilizado o critério de sorteio, em ato público, com a presença de todos os licitantes.
- 12.20** - Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição, na forma prevista no item **4.4** deste Edital.
- 12.21** - Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% àquela mais bem classificada.
- 12.22** - Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas com vistas a se identificar àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 12.23** - Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação, conforme art. 48, § 3º.
- 12.24** - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos Licitantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- 12.25** - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 12.26** - Nas fases de habilitação e julgamento das propostas, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13 .DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito devidamente protocolados no setor de protocolo a Prefeitura, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data da lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Presidente da Comissão. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o recurso à autoridade superior competente.



13.2 - Dos atos praticados relativos a esta licitação cabe recurso, previsto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da respectiva ata, no caso de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante.
- b) julgamento das propostas comerciais.
- c) anulação ou revogação deste edital.
- d) rescisão contratual por ato unilateral da Administração.
- e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

13.3 - Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação de Licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços terão efeito suspensivo.

13.4 - A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos interpostos.

13.5 - Os recursos interpostos pelas licitantes deverão ser protocolados e entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura, das 08h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

13.6 - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão, podendo, os membros da Comissão, por maioria de votos, reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, não reconsiderando sua decisão, fazer subir os autos de recurso, devidamente informado, à autoridade imediatamente superior, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do recurso.

13.7 - A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais Licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.8 - A intimação dos atos referidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso I do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no órgão Oficial de Imprensa do Município, salvo os casos de habilitação ou inabilitação dos Licitantes e julgamento da propostas, se presentes os prepostos de todos os Licitantes no ato em que for proferida a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, que, nesta hipótese, assinarão a ata.

13.9 - Decorrido o prazo, sem a juntada do recurso, importará na decadência do direito de recorrer, e o prosseguimento imediato do processo, adjudicando-se o objeto desta licitação ao licitante declarado vencedor e encaminhando o processo à homologação do Prefeito Municipal.

13.10 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

13.11 - Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados que ainda não tiverem retirado os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da homologação. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.



13.12 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

13.13 - A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

14 .DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 77, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes sanções:

a) multa de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

b.1) advertência.

b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado.

b.3) suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

b.4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

14.3 - O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

14.4 - O licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar com Administração, nos casos de:

a) Apresentação de documentação falsa para participação no certame.

b) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável.

c) Não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação.

d) Comportamento inidôneo.

e) Cometimento de fraude fiscal.

f) Fraudar a execução do contrato.



g) Falhar na execução do contrato.

14.5 - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei nº. 8.666/93.

14.6 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

14.7 - Os licitantes serão responsáveis por todas as informações prestadas na documentação exigida na fase de habilitação, na própria proposta e nas demais fases do presente Edital, sujeitando-se às penalidades legais, caso venha induzir a Comissão a erro no julgamento.

15 .DO CONTRATO

15.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação pela Administração, o Município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a licitante vencedora para a assinatura do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo VIII** deste Edital.

15.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

15.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.4 - Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo de contrato.

15.5 - Caso a licitante vencedora descumpra o estabelecido neste item, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.6 - Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os Licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.7 - O contrato, atendendo às disposições de ordem legal que regem a matéria, conterà, ainda, fundamental e obrigatoriamente em suas cláusulas, como base, as normas gerais desta licitação.



15.8 - Toda e qualquer adjudicação proveniente desta Licitação torna obrigatória à assinatura do "TERMO DE CONTRATO", que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame e seus anexos, independente de transcrição.

15.10 - Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

15.11 - Da Garantia de Execução Contratual

15.11.10 - Exigir-se-á do licitante vencedor, na forma prevista pelos §§ 1º e 2º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma **garantia**, a ser prestada em qualquer modalidade, da ordem de **5 % (cinco por cento)** do valor do contrato.

15.11.11 - A garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do contrato tipificado pelo recebimento definitivo do objeto ora licitado, quando em dinheiro, atualizada monetariamente conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 56, da Lei n.º 8.666/93.

15.11.12 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

15.11.13 - No caso de acréscimo no valor contratual, a Contratada, obriga-se a complementar, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia.

15.11.14 - O contratante poderá descontar do valor da garantia contratual importância que a qualquer título lhe for devida pela Contratada, observados para tanto o devido processo legal.

15.11.15 - A empresa vencedora do certame no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, devendo encaminhar a Garantia à Tesouraria deste Município, sendo que a ordem de serviço só será emitida após tal comprovação.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Depois de executado, o objeto será recebido por servidor responsável pela fiscalização pelo Município.

16.2 - provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação escrita da Contratada informando o término dos serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.



16.3 - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto ao consignado no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO/MEMORIAL DESCRITIVO, **Anexo I** deste edital, nos termos do art. 73, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 8.666/93, e observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.4 - O recebimento provisório ou definitivo pelo Município não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este edital.

16.5 - A execução dos serviços sujeitar-se-á as boas práticas administrativas, especialmente as normas e recomendações do TCE/RJ.

17 .DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - A licitante Contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao **objeto da licitação**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

17.2 - O adimplemento de cada parcela, será comprovado através da apresentação das Notas/Documentos fiscais, isenta de erros, e devidamente atestada por servidor público responsável pela fiscalização da execução do objeto.

17.3 - As Notas/Documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**, CNPJ nº 29.115.401/0001-10, endereço na Praça Waldemar Magalhães, nº 01, Centro, Trajano de Moraes/RJ.

17.4 - As Notas/Documentos fiscais deverão ser apresentadas a fim de serem atestados e posteriormente encaminhados para o pagamento que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, conforme previsto no artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

17.5 - Na hipótese das Notas/Documentos fiscais de cobrança apresentarem erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

17.6 - O pagamento será efetuado em parcelas conforme cronograma físico-financeiro, mediante retirada de cheque no Setor de Tesouraria ou crédito em conta-corrente da Contratada.

17.7 - Caso o Município antecipe o pagamento da Contratada, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

17.8 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, com suas alterações e regulamentações posteriores.



17.9 - No caso de a Contratada ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

17.10 - Por ocasião do pagamento a licitante vencedora, sem prejuízo de outros documentos de controle, deverá apresentar os seguintes documentos: CND - FGTS, CND - INSS e CND - Tributos Municipais.

17.11 - As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados.

17.12 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

18 .DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 Será admitida a assinatura digital nos documentos a que se referem o presente edital e seus anexos, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

18.3 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observado ainda o que segue:

a) Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

b) Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Não será aceito pela Comissão, sob qualquer hipótese: “**Protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

18.4 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Comissão e pelos licitantes presentes, as recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.



18.5 - Até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do certame, nos termos do § 1º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93.

18.6 - A Comissão de Permanente de Licitação decidirá a cerca das eventuais impugnações apresentadas no prazo legal previsto no artigo 41, da Lei nº 8.666/93. Julgada procedente a impugnação, será dado conhecimento a todos os Licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.7 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá em até 3 (três) dias úteis.

18.8 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.9 - É facultada à Comissão de Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública desta Tomada de Preços.

18.11 - Fica assegurado à Comissão de Permanente de Licitação ou à autoridade superior o direito de no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.

18.12 - Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da Licitação submetido ao Ordenador de Despesas, para o procedimento de Homologação, com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à vencedora.

18.13 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam o resultado e a lisura da licitação.

18.14 - Independente de declaração expressa, a simples participação nessa licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o Licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o possam dar por viciado.

18.15 - Durante as sessões da licitação, somente poderão se manifestar os membros da Comissão Permanente de Licitação e um representante ou credenciado de cada licitante. Os demais presentes no certame, somente poderão fazê-lo com a permissão do Presidente da Comissão de Permanente de Licitação.

18.16 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



18.17 - Em caso de interposição de recursos, os documentos das licitantes que ficaram em poder da administração serão automaticamente eliminados após o decurso de prazo de 30 dias, a contar da data da sessão de comunicação da decisão da autoridade, caso não sejam reclamados pela respectiva licitante.

18.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.19 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax e telefone e e-mail.

18.20 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação exigida e não apresentada na reunião de recebimento.

18.21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Permanente de Licitação, com auxílio da equipe técnica da Secretaria solicitante.

18.22 - Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Trajano de Moraes, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Trajano de Moraes, 24 de março de 2022.

Carlos Antero Pires dos Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Matr. 7463